



EDUCAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA: UMA PRÁTICA EM CONSTRUÇÃO

Francisco António Macongo Chocolate*

Resumo – Convidado a refletir sobre o tema educação social, urge começar por uma advertência: este estudo é somente um contributo, e unicamente isso, para aquilo que, na minha visão, se apresenta como elementos de uma educação social na África de expressão portuguesa, no geral, e em Angola, em particular. Durante a minha estada no Brasil, onde frequentei por dois anos o mestrado em Ciências da Educação, pude estar em contato com alguns integrantes do grupo de pedagogia social e tive o privilégio de participar de vários encontros e congressos relacionados à pedagogia social. Os temas em debate me motivaram bastante a pensar e repensar a minha prática como educador e, assim, passei a investigar mais sobre a pedagogia social/educação social. Para a minha surpresa, observei que a Lei de Bases do Sistema da Educação em Angola pouco ou nada apresenta em relação ao trato com as pessoas marginalizadas. Porém, em função da realidade sociopolítica de Angola, pude verificar que o aparecimento de crianças de rua e na rua era um fenômeno novo. Este artigo demonstrará algumas ações na área da educação social que vêm sendo desenvolvidas em Angola por organizações não governamentais (ONGs), instituições sociais, igrejas e em programas de educação pública voltados para a educação não formal, visando auxiliar a criança, o jovem, o trabalhador e o idoso. Os objetivos deste desempenho são sempre direcionados pelas atividades que complementam e consolidam a formação integral desses sujeitos de direito, desenvolvendo neles uma consciência crítica e a compreensão da prática da cidadania e da participação sociopolítica na sociedade em que vivem e atuam.

Palavras-chave: Educação social. Angola. Crianças de rua e na rua. Práticas e ações educativas. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente texto teórico-reflexivo pretende situar a prática da educação social como perspectiva de inovação para uma política de atuação e formação das novas gerações. Especificamente, será considerado o trabalho realizado em Angola com as populações marginalizadas,

* Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vice-Reitor para a Extensão e Cooperação da Universidade Onze de Novembro, Região Acadêmica III (Angola) e docente do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Cabinda), na categoria de Assistente. *E-mail:* franciscochocolate@yahoo.com.br

em relação à questão da educação fora da escola, ou seja, aquela conhecida no círculo angolano como educação informal. A existência de crianças e adolescentes vivendo e/ou trabalhando nas ruas das cidades angolanas traz para essa nova era da educação, grandes desafios que, a meu ver, precisam ser trabalhados para se encontrar soluções eficazes para a formação dessa franja da sociedade.

Certamente, considera-se uma novidade no seio da população angolana o aparecimento de crianças "na rua e de rua", principalmente em sua capital. Estudos históricos revelam que, no país, o aparecimento de crianças de rua e na rua é um fenômeno e um problema social que se desencadeia muito recentemente. Fruto disso é o fato de o tratamento desse assunto ser um tanto quanto insipiente no seio dos acadêmicos locais.

As crianças de rua e na rua são, de modo geral, um fenômeno que começa a surgir em Angola nos anos 1990, em particular no período que começa com o reacender da guerra em finais de 1992. Segundo Roca (2000, p. 13), antes do início dos anos 1990,

[...] não existiam crianças a mendigar nas ruas e nunca se tinha ouvido falar de crianças a dormir nas ruas. Estas características da vida urbana tornaram-se evidentes em meados e finais dos anos 1990, à medida que as condições sociais se deterioraram em consequência da guerra.

Sendo um fenômeno novo, importa-nos, neste texto, fazer menção de alguns fatos da cena política ocorridos no país com o objetivo de apresentar ao leitor a razão de esse fenômeno ser tão novo em Angola.

ANGOLA: SITUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL REINANTE ATÉ O ANO 2002

O conflito armado durou quase três décadas em Angola e teve um impacto profundo em todos os aspectos da vida social e econômica do país. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) advoga, no relatório intitulado *Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Angola 2005-2008*, que, durante o tempo de conflito armado, muitos angolanos faleceram e, aproximadamente, quatro milhões de pessoas foram deslocadas. Consequentemente, o crescimento rápido e anárquico de grandes *musseques* (favelas) na periferia dos centros urbanos durante a guerra pressionou os serviços habitacionais e sociais.

O desemprego urbano, sobretudo no que diz respeito às mulheres e aos jovens, continuava a ser uma importante preocupação. A livre circulação de pessoas e bens e a recuperação socioeconômica se estrangularam por graves constrangimentos logísticos, tal como estradas

e pontes danificadas, caminhos de ferro inoperacionais e a presença generalizada de minas e outros engenhos explosivos. A situação de emergência prolongada durante o conflito minou a capacidade do governo local e limitou a participação da sociedade civil.

Segundo o mesmo órgão, 68% dos angolanos viviam abaixo do nível de pobreza, dos quais 28% foram classificados como vivendo em extrema pobreza. Os efeitos da guerra, incluindo a deslocação, a interrupção da atividade econômica e a instabilidade macroeconômica, reduziram a capacidade do povo para investir em seu futuro. O acesso aos serviços sociais básicos foi, muitas vezes, impossibilitado devido à distribuição limitada e irregular dos mesmos no país. Em relação aos demais países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a percentagem dos recursos nacionais reservada às áreas de educação e saúde continuava baixa. Os indicadores sociais para Angola ficavam geralmente entre os mais baixos a nível mundial.

Essas situações nas quais Angola esteve mergulhada foram promissoras no fortalecimento e no surgimento de vários problemas do fórum social que anteriormente não eram verificados no seio da sociedade angolana. As perturbações políticas, instabilidades econômicas, rupturas sociais e culturais contribuíram para um aumento crescente da população excluída do sistema de educação formal, de que se destacam as crianças e jovens adolescentes pobres, o que se traduz em consequências pesadas nas suas vidas a longo prazo. Será abordado, especialmente, neste artigo, o aparecimento de crianças de rua e na rua.

CRIANÇAS DE RUA E NA RUA

O aparecimento de crianças de rua e na rua em Angola é caracterizado como uma situação bastante nova, tal como descrito nos parágrafos anteriores. No geral, crianças de rua são aqueles indivíduos que, estando na fase da infância, por qualquer motivo que seja (social, econômico, político e cultural), fazem das ruas a sua casa. No geral, essa franja da população se apresenta como um dos grupos de crianças de maior risco entre as que vivem fora de um ambiente familiar. Em Angola, elas se concentram essencialmente na capital Luanda e, em menor número, em algumas outras grandes cidades, tais como Benguela, Lobito, Lubango e Malange.

É importante realçar que não se tem registrado o fenômeno de crianças de rua em Cabinda, Kwanza Norte e Kunene, províncias onde geralmente as comunidades acolhem as crianças órfãs e abandonadas.

Há, ainda, outro segmento da população infantil marginalizada, popularmente designado por crianças na rua. Estas, diferente das primeiras, vivem com suas famílias, mas passam a maior parte do seu tempo nas ruas a vender ou a mendigar para a sua sobrevivência ou para a de suas famílias.

Um estudo sobre crianças de rua em Angola, que trata das necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal, ressalta que a expressão "crianças de rua" refere-se às "crianças com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos e jovens adolescentes entre os 12 e os 16 anos, os quais não têm acesso ao sistema formal de educação e que passam a maior parte do tempo na rua" (ROCA, 2000, p. 15).

A expressão "crianças de rua" é usada para designar crianças e jovens adolescentes urbanos, tanto no centro como nos subúrbios da cidade, forçados pela pobreza ou guiados pelo desejo de independência, para tentar conseguir sustentar-se na rua, pois mendigam, lavam e tomam conta de carros, vendem, engraxam sapatos, carregam água etc.

Segundo Roca (2000), a maior parte das crianças de rua é analfabeta ou semianalfabeta, excluída do sistema de educação formal, ou mantém uma difícil relação com ela. Essas crianças são muito heterogêneas em termos de origem e situação familiar, passado migratório, tipo de habilitações, nível educacional e herança cultural.

No dizer de Roca (2000, p. 17), "as vantagens do termo 'crianças de rua' está em acentuar não só o fato de a escola e da casa serem substituídas pela rua, mas também porque tal situação reflete a pobreza dessas crianças".

O autor, buscando compreender melhor essa franja da população marginalizada em Angola, aplica para a realidade angolana a grelha de análise apresentada por Dallape e conclui que o problema "crianças de rua" só há bem pouco tempo teve a devida atenção, visto que a sua caracterização foi feita pelo projeto *Kandengues Unidos*, realizado para a União Européia (ROCA, 2000).

Nesse estudo, a população-alvo foi crianças de rua localizadas na parte baixa da cidade capital. Nessa caracterização, o autor destaca alguns elementos de diferenciação entre os dois grupos de crianças:

- a) Crianças de rua, aquelas que passam todas as 24 horas do dia na rua porque não têm família e casa para regressar:
 - São cerca de 300 a 400, sendo na sua maioria rapazes com idades compreendidas entre os 9 e os 15 anos;
 - Vivem organizadas em grupos instáveis e em refúgios;
 - Deixam as casas devido a conflitos familiares;
 - Ganham dinheiro com lavagens de carros, vendas de jornais e como mendigos;
 - Sofrem de falta de proteção física e jurídica;
 - Comem a sombra dos restaurantes, outros procuram comida no lixo; e
 - As raparigas são geralmente prostitutas, ou trabalham como criadas.
- b) Crianças na rua, também designadas, "crianças trabalhadoras" que regressam a casa só no final do dia. Estas crianças passam grande parte do tempo praticando atividades econômicas marginais:

- São centenas, tanto raparigas como rapazes, no centro da cidade e nos bairros (mussequês);
- Ganham dinheiro para as famílias e para eles próprios, vendendo bens de consumo, engraxando sapatos, carregando água, etc.;
- Não têm qualquer tipo de grau de instrução, a maior parte delas são semi-analfabetas e sem capacidade produtiva; e
- Sofrem de vários níveis de negligência, violência por parte da família (ROCA, 2002, p. 18).

No entanto, ao apresentar os dois tipos referidos, o autor teve o cuidado de distinguir duas situações: a primeira em que se observa "crianças de rua" que vivem nos centros urbanos e a segunda que se refere às crianças que vivem nos meios suburbanos, os chamados *musseques* de Luanda.

Nesse segundo caso, o autor sustenta que as crianças passam mais tempo na rua, isto é, fora de casa, mas encontram-se mais facilmente sob o controle dos adultos. Essas crianças ficam apenas três horas por dia na escola. A maior parte delas está envolvida em tarefas domésticas, em pequenas atividades de criação de rendimento nos bairros. Em função da realidade social em que está inserida, boa parte dessas crianças não frequenta a escola.

Em função dessa realidade e atendendo à necessidade urgente que se impõe ao governo no cumprimento dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio por ele assumidos, em que a redução do analfabetismo e da pobreza é uma prioridade, são apresentados, em seguida, alguns elementos ou fatos que fazem a educação social em Angola.

EDUCAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA

Nossa preocupação, em um primeiro momento, foi recorrer à Lei de Diretrizes e Bases da educação angolana com o intuito de verificar quais políticas ou regulamentação estão contidas nela para atender a população mais desfavorecida. Surpreendentemente e apesar de a maior parte da população angolana se encontrar abaixo da pobreza, observou-se que a Lei de Bases do Sistema da Educação, de 31 de dezembro de 2001 (LDB de Angola) (ANGOLA, 2001) não faz nenhuma menção à formação e à atuação dos educadores sociais. Esse vazio observado na LDB de Angola, fruto das situações anteriormente relatadas pelas quais o país passou e tem passado, chama bastante atenção.

A única referência encontrada na LDB de Angola que faz menção à "educação comunitária" como premissa para a educação social é em seu art. 1º, que define o termo educação da seguinte forma:

A educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, econômica e social do país e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico-técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimno-desportivas (ANGOLA, 2001 p. 2).

Em suas discussões teóricas, Afonso (2001) sustenta que, historicamente, existem três tipos de educação: formal, informal ou familiar e não formal. Assim, a educação formal é aquela que é proporcionada pela escola, onde os conteúdos são sistematizados, organizados e obedecem a uma sequência lógica.

Para abundar mais dados sobre o assunto, Caro e Guzzo (2004) e Brandão (1981) defenderam que o surgimento da instituição escolar trouxe consigo o saber elitizado e a exclusão de segmentos já marginalizados pela sociedade.

A educação informal é caracterizada por um processo permanente e não sistematizado e é determinado pelas várias formas de aprendizagem que ocorrem nas diversas experiências da vida das pessoas no seio familiar. Esse tipo de educação desenvolve-se em diferentes ambientes, tais como a família, igrejas, grupo de trabalho e de amigos, entre outros.

Finalmente, a educação não formal, ou ainda educação social, postulada e defendida no âmbito da pedagogia social, é um tipo de educação que ocorre fora dos marcos da escola e se preocupa com o resgate dos valores e ideias do segmento da população excluída e desfavorecida.

Sendo a educação informal um desafio do desenvolvimento nacional para o resgate dos valores da população excluída, em Fazendeiro (1992 apud ROCA, 2000), chama-se a atenção para as questões dos objetivos da educação como um estímulo básico de transmissão de conhecimentos e valores, possibilitando a preparação dos membros de uma sociedade para a tomada de consciência e participação ativa nos processos de modernização e desenvolvimento socioeconômico.

Desse modo, em nosso entender, desenvolver trabalhos a respeito da educação social significa trazer à tona uma problemática que precisa ocupar a centralidade nos debates e discussões sobre as políticas educacionais em Angola na medida em que esse tema “envolve sujeitos a que foram negados direitos e desrespeitados em sua dignidade [...] concretamente ao sector infanto-juvenil e particularmente àqueles que se encontram na situação de risco/rua” (SAMBA, 2007, p. 5).

Atendendo à situação por qual passou, entendemos que o pedagogo ou educador social deveria estar presente em todas as formas de educação, seja na educação escolar, também denominada educação formal, seja na educação não formal, também denominada educação

social, no âmbito da pedagogia social como uma teoria geral da educação tal como apresentam Sousa Neto, Silva e Moura (2009).

A falta de um acervo teórico e sistematizado da prática da educação não formal em Angola que identifique a diversidade das práticas, seus fundamentos teóricos e metodológicos dos sujeitos envolvidos faz com que os professores trabalhem essas questões em função da sua visão de mundo. Normalmente, nas escolas angolanas, as questões sociais têm sido percebidas como uma problemática humana que deriva de uma construção coletiva de seres humanos permeados de valores subjetivos, simbólicos de percepções e representações individuais sobre a realidade vivida. Essa situação particular, por não ser vivenciada nas escolas de formação de educadores, cria neles uma lacuna, fazendo com que trabalhem à sua maneira.

PRÁTICAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA

O trabalho com a população marginalizada em Angola é, no geral, realizado por igrejas e ONGs. O Unicef, a Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) e o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) se destacam entre as ONGs. Em relação às igrejas, o maior destaque nesse processo recai para a igreja católica e algumas igrejas protestantes no acolhimento e trato com essas populações.

No atendimento a essas populações, são privilegiadas pelas entidades e/ou organismos atividades relacionadas com o seu dia a dia. Os trabalhos geralmente são desenvolvidos em grupo sob forma de palestras e de tarefas comunitárias, nos quais crianças e jovens – majoritariamente o público-alvo dessas instituições – são levados a refletirem sobre a sua realidade. Por essas atividades, espera-se que os indivíduos percebam a realidade em que se encontram e, por meio dessa consciência, criem condições para o retorno à escola, por meio da educação de adultos, e para sua inserção na vida laboral, através da formação por meio das artes e ofícios. No entanto, as ações dessas instituições são enquadradas no âmbito das políticas de assistencialismo social das populações.

A educação social por meio da pedagogia social pode contribuir muito para a educação formal em Angola na medida em que ela:

[...] procura responder perguntas a respeito do processo de integração do indivíduo à sociedade, tanto dos pontos de vista teórico como prático. Ela busca aliviar a exclusão na seguinte forma. Trata dos processos do crescimento humano que amarram as pessoas aos sistemas, as instituições a comunidades que são importantes para o seu bem-estar e para a gestão de suas vidas (OTTO, 2009, p. 37).

Por sua vez, Beccegato (2001 apud CALIMAN, 2009, p. 51), por meio de um estudo sobre a pedagogia social na Itália, revela que a

[...] importância, hoje, da Pedagogia Social, está no fato de que ela se empenha diretamente no aprofundamento de perspectivas teóricas e de propostas metodológicas orientadas ao bem-estar social, à análise e avaliação das situações e condições sociais que condicionam a educação e a delinear uma diretriz orientadora que torne possível a intervenção em termos formativos no âmbito da diversidade social do desvio e da marginalidade e da equidade dos recursos sociais.

Na senda desses dois últimos autores, observa-se que a educação social contribui muito para a diminuição das desigualdades e assimetrias sociais registradas em Angola. A educação formal por si só não pode dar conta dessa realidade em função do vazio observado em relação às questões sociais que não são observadas durante sua formação.

Ao responder sobre as questões de integração dos indivíduos na sociedade e por meio do aprofundamento de perspectivas teóricas e de propostas metodológicas orientadas ao bem-estar social, a educação social procura apresentar à sociedade e à educação formal alternativas de trabalho para as populações marginalizadas. O atendimento dessas populações por meio de políticas para sua inserção no ambiente social pode diminuir de certa forma as assimetrias regionais entre as populações acreditando, desse modo, que, pelas práticas da educação social, "é possível influenciar circunstâncias sociais por meio da educação" (OTTO, 2009, p. 31).

Por conta de a LDB de Angola não fazer menção à educação social, observa-se que nenhuma instituição estatal de formação de professores se dedica à formação de educadores para atuarem especificamente na área social. Esse vazio tem sido colmatado com a presença de um curso de nível médio referente à assistência social realizado pelo Instituto de Ciências Religiosas de Angola (Icra), pertencente à igreja católica.

O Icra foi criado pelos Bispos de Angola em 8 de dezembro de 1984 e seu objetivo é a formação de quadros angolanos com uma filosofia de altruísmo e honestidade. O curso de educador social ministrado por essa instituição tem como objetivo levar as pessoas, grupos e comunidades a adquirir novos hábitos, atitudes e comportamentos de forma a criarem melhor qualidade de vida e bem-estar social para as famílias, sendo essas as premissas de combate contra a exclusão social. Durante a formação desses educadores, eles têm recebido conhecimentos relacionados com o estudo sociocultural de Angola, técnica de intervenção social e de línguas nacionais, bem como matérias ligadas à psicologia, à pedagogia e às ciências humanas e sociológicas.

Os marcos da educação social em Angola são ainda muito diminutos, e essa expressão é pouco difundida no seio dos acadêmicos locais. O esforço para a implementação de uma educação social tem sido realizado com o apoio das igrejas e, em particular, de algumas ONGs.

Essa situação tem dificultado o estabelecimento de um pensamento educacional angolano, sendo desconfortável para a tomada de decisões em relação às políticas educacionais no país. No entanto, continuam suas investigações e propostas para a mudança.

Queremos chamar a atenção dos responsáveis sobre a importância dos professores para Angola, sobre a necessidade de se rever a formação de professores para atuarem no campo social e a necessidade de definir um pensamento pedagógico, que é uma responsabilidade de todos que trabalham no setor da educação.

CONCLUSÃO

A situação socioeconômica e as políticas educacionais que se apresentam em Angola, país que passou por quase quatro décadas de guerra civil, exigem um olhar mais abrangente sobre a educação. Esse novo olhar deve contemplar todas as esferas da sociedade, deve discutir a educação em todas as suas dimensões de maneira a incluir a escola como parte fundamental do processo educativo. Essa inclusão deve ser de tal forma que todos os segmentos que compõem o extrato social em Angola sejam abrangidos, o que inclui aquela população que se encontra marginalizada.

No que concerne à discussão específica da atuação do educador social em ambientes escolares e não escolares, apesar de ser uma preocupação do governo, em função dos compromissos assumidos de irradiação da fome, do analfabetismo etc., e ser alvo de vários destaques em fórum nacionais e internacionais sobre a educação, observa-se que não foram encontradas discussões mais profundas sobre a questão.

Assim, o que chamamos de educação social em Angola é uma prática em construção, derivada das últimas constatações verificadas por meio de pesquisas de campo junto de certas instituições que trabalham especificamente com as populações desfavorecidas. Nessas ações, tem sido possível verificar que boa parte, ou todas até o momento, orientam-se pelo pensamento pedagógico da pedagogia do oprimido, com destaque para os escritos de Paulo Freire desenvolvidos no Brasil, refletindo suas experiências e reflexões sobre a educação das camadas populares como uma educação emancipatória e transformadora.

Muito mais se poderia dizer sobre a riqueza das experiências de trabalho levado a cabo por ONGs e igrejas no acolhimento, formação e reeducação da população que se encontra marginalizada. Fico por aqui na expectativa de que este texto seja uma mola impulsadora para que outros trabalhos do gênero possam surgir no sentido de se pensar em uma sistematização das práticas da educação social em Angola, de modo que isso venha contribuir para o enriquecimento de propostas de trabalho, assistindo e dotando de ferramentas necessárias às pessoas marginalizadas para que tenham oportunidades de por si só caminhar e

sair da situação na qual se encontram. É sob essa ótica que a educação social em construção em Angola, enquanto proposta de atuação para as populações desfavorecidas, parece fazer sentido ou criar novos sentidos para o sistema educacional do país.

Social education in Angola: a practice in construction

Abstract – As I was invited to reflect about the theme Social Education, it is urgent to begin by a warning: this study is only a contribution and nothing else, for what in my point of view is shown up as elements of social education in Africa of Portuguese language in general and, Angola in particular. During my stay in Brazil where I attended for two years my studies to obtain a Masters in Education, I could be in touch with some of the members of the social pedagogy group and I had the privilege of joining in several meetings and conferences related to social pedagogy. The themes discussed in this group as well in such conferences drove me so much to think and rethink about my practice as an educator and, for this reason, I started to inquiry more about the social pedagogy/social education. In surprise, I checked that the Education Law in Angola has few or nothing about the treatment concerning neglected people. However, due to the sociopolitical reality of Angola, I could find out that the emergence of children of street and in street is a new phenomenon. This communication will show some actions in social education area, which have been implemented in Angola by Non-Governmental Organizations (NGOs), social institutions, churches, and in programs of public education directed to the informal education aiming to help the child, young, employee and the elderly. The goals of this task are always guided by the activities that complement and consolidate an integral formation of these rightful subjects, developing into them a critical conscience and understanding to the practice of citizenship and their sociopolitical participation in the society where they live and act.

Keywords: Social education. Angola. Children of street and in the street. Educational practices and actions. Public policy.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Os lugares da educação. In: SIMSON, O. R. de M. Von; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (Org.). *Educação não formal: cenários de criação*. Campinas: Editora Unicamp, 2001. p. 29-38.

ANGOLA. Lei n. 13/01, de 30 de dezembro de 2001. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Luanda: Assembleia Nacional, 2001.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALIMAN, G. A pedagogia social na Itália. In: SOUSA NETO, J. C. de; SILVA, R. da; MOURA, R. A. de M. (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

CARO, S. M. P.; GUZZO, R. S. L. *Educação social e psicologia*. Campinas: Alínea, 2004.

DALLAPE, F. *An experience ll'ith street children*. Nairobi: Man Graphics & Undungu, 1988.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. *Quadro de assistência das nações unidas para o desenvolvimento, Angola, 2005-2008*. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/765031/quadro-de-assist%C3%Aancia-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-para-o-desenvolvi...>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

OTTO, H. U. Origens da pedagogia social. In: SOUSA NETO, J. C. de; SILVA, R. da; MOURA, R. A. de M. (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

ROCA, Z. As "crianças de rua" em Angola. Um estudo das necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal. *Rev. Lusófona de Educação*, n. 5, p. 209-214. 2000.

SAMBA, S. J. *O processo da educação social nas Instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco em Luanda: a experiências de "candengues unidos"*. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUSA NETO, J. C. de; SILVA, R. da; MOURA, R. A. de. (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

Recebido em setembro de 2016.

Aprovado em setembro de 2016.